

A IMIGRAÇÃO ARGENTINA PARA CAMPINAS (1960-2000). REFLEXÕES METODOLÓGICAS.

Argentine Immigration to Campinas (1960-2000).
Methodological Reflections.

Lilia Inés Zanotti de Medrano¹

Resumo

Este trabalho é parte de um projeto mais amplo cujo objetivo é abordar o processo migratório argentino contemporâneo para a cidade de Campinas, entre os anos 1960 e 2000, bem como acompanhar sua inserção nas diversas atividades profissionais em instituições de pesquisa, universidades e empresas desta cidade. O tema se insere nas linhas de pesquisa do Grupo de História Regional. Trata-se de um trabalho de história do tempo presente e neste artigo apresentamos algumas reflexões metodológicas para abordar esta temática e contribuir para as etapas posteriores da pesquisa.

Palavras-chave: imigração Argentina; imigração latino-americana; história do tempo presente.

Abstract²

This research work is part of a more comprehensive project whose aim is to cover the Argentine contemporary migration process to the city of Campinas in the period 1960-2000 as well as to follow the immigrants' insertion in the different professional activities within research institutions, universities and companies in the city. This subject is in line with the research lines of the Regional History Group.

¹Professora da Faculdade de História, Centro de Ciências Humanas (CCH), PUC-Campinas. Pesquisadora líder do Grupo de História Regional.

² Tradução realizada por Verónica Laura Medrano.

It is about a present history work and this article presents some methodological reflections to approach the subject and contribute to the next research stages.

Key words: Argentinian immigration; Latin-american immigration; present history

Apresentação

No campo dos estudos migratórios, este trabalho coloca o acento nas questões culturais e políticas dando historicidade a um processo de deslocamento de pessoas em tempos recentes. Isto, por outro lado, não pressupõe optar por uma perspectiva homogênea de análise uma vez que deve levar em conta aspectos pessoais, o contexto econômico e político dos países envolvidos – Argentina e Brasil -, assim como as relações institucionais e governamentais no país de recepção destes indivíduos. Significa, portanto, compreender não só a relevância do intercâmbio profissional, social e cultural, como também os motivos dos deslocamentos, as experiências anteriores, além de avaliar a inserção e atuação do imigrante na sociedade e nas instituições locais.

No campo metodológico elaboramos algumas reflexões sobre a especificidade histórica deste processo migratório para a cidade de Campinas focando o perfil de uma imigração contemporânea latino-americana integrada, em sua maioria, por profissionais universitários. Tratando-se de um trabalho de história do tempo presente apresentamos as possibilidades metodológicas que oferece a História Oral para a reconstituição histórica do processo migratório argentino para a cidade de Campinas e acompanhar a inserção dos argentinos nas diversas atividades profissionais em instituições de pesquisa, universidades e empresas desta cidade³. Ainda, em relação à delimitação temporal da pesquisa, 1960 – 2000, elaboramos algumas considerações que entendemos pertinentes.

Uma periodização para a história do presente na América Latina

Os marcos cronológicos foram traçados, provisoriamente, entre os anos 1960 e 2000. E dissemos provisoriamente, porque o fenômeno da

³ Projeto de pesquisa: *A imigração Argentina para Campinas (1960-2000)*. O tema se insere nas linhas de pesquisa do Grupo de História Regional da Faculdade de História da PUC-Campinas. Conta com a participação de alunos de Iniciação Científica do Curso de História.

emigração /imigração é pouco previsível uma vez que está diretamente relacionado a fatores econômicos, políticos ou pessoais e porque as chamadas “ondas migratórias” obedecem, geralmente, a uma lógica interna delimitada no tempo e no espaço por esses mesmos fatores políticos e/ou econômicos que afetam individualmente, pessoas, famílias ou grupos diversos.

Um outro aspecto merece ser comentado que reforça esta questão. Não existe uma clara definição sobre os marcos temporais que permitam delimitar a história do tempo presente no continente latino-americano. Existe, sim, um consenso sobre o ano de 1945, - fim da Segunda Guerra Mundial - como um divisor de águas para delimitar a história do tempo presente no mundo ocidental e por extensão, na América Latina. Com esta afirmação, o historiador catalão, Joan del Alcázar Garria,⁴ considera que se por um lado, a história da “...América Latina no está al margen de las grandes fracturas mundiales que periodizan la historia contemporánea, y desde luego no es ajena al punto y aparte que significa la victoria de las economías occidentales y el comunismo soviético sobre el fascismo italiano y alemán y el imperialismo japonés”, por otro, esta baliza - 1945 - “no deja de ser una baliza relativamente exógena a la América Latina.”⁵

O autor sugere, uma proposta, a ser discutida, considerar como marco cronológico adequado à história recente ou do presente da América Latina, o início da Revolução Cubana – 1959 – em função de suas repercussões continentais. Esse ano assinala, efetivamente, o início de uma série de manifestações sociais, políticas e econômicas que afetaram, em maior ou menor grau, cada um dos países do continente. Porém, falta estabelecer dentro deste marco esses efeitos concretos sobre as economias e as sociedades latino-americanas. De qualquer forma, esse marco poderia explicar o ciclo de movimentos revolucionários surgidos no continente e a conseqüente repressão militar, também violenta, ocorridos em todos os países durante o período 1964- 1983, aproximadamente.

Além disso, como o lugar de destino dessas ondas migratórias deve oferecer, em contrapartida, oportunidades de trabalho nessa

⁴ GARRIA, Joan del Alcazar. Lasnuevas fuentes documentales en el estudio de la Historia Presente de América Latina. In: DIAZ BARRADO, M. P. (coord.). *Historia del Tiempo Presente*. Teoria e Metodologia. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1998, pp. 183-188.

⁵ Ibid. pp. 185.

sociedade, a pesquisa objetiva investigar as possibilidades de inserção dos profissionais argentinos nas instituições de Campinas. Desta maneira, fica a possibilidade de rever os marcos cronológicos à medida que a pesquisa avança, ou, então, os marcos cronológicos passam a ser parte dos objetivos da pesquisa. Pelos motivos apontados acima, o amplo espectro de possibilidades que oferece este movimento migratório nos obriga a manter certa cautela tanto em relação aos marcos cronológicos, como também às motivações que impulsionaram à emigração do país, aspectos que serão desvendados no decorrer da investigação.

Porque Campinas?

A cidade de Campinas foi escolhida como cidade receptora porque ela abriga várias instituições de pesquisa, algumas tradicionais e outras mais recentes. Exemplo é o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), que funciona desde a criação da Imperial Estação Agrícola, em 1877 e é responsável pelas pesquisas nesse campo; também a cidade conta com duas importantes universidades a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que congrega grupos destacados nas diversas áreas do conhecimento, particularmente nesta última, no setor de novas tecnologias. Também, com a criação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - Telebrás (CPQD), do Centro Tecnológico para Informática (CTI), em 1984 e do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron do CNPq (L.N.S), em 1986, a cidade se converteu num pólo tecnológico direcionado ao desenvolvimento da pesquisa e das indústrias de ponta. Estas especialidades estão relacionadas fundamentalmente, aos setores de física, telecomunicações e informática.

No campo industrial, embora a indústria campineira dava seus primeiros passos, desde os últimos anos do século XIX, em torno da indústria de tecidos, alimentos, couro e madeira, houve também o desenvolvimento do setor metalúrgico que atendia às necessidades locais. Já por volta de 1940, o impulso do capitalismo trazia para Campinas indústrias importantes, algumas delas de capitais nacionais e internacionais, como a Selmi, Leco, Rhodia, 3M, entre outras. Este

processo se acelerou na década de 1950 com a chegada de grandes empresas de capitais multinacionais como a Singer, Dunlop, IBM, Bosch, Mercedes Benz, Matarazzo, Merck, Sharp-Dome, entre outras.

Estes fatores - no campo universitário e da investigação, no industrial ou na ampliação de possibilidades no variado campo ocupacional e dos estudos superiores - podem ser assinalados como fatores de atração na medida em que ofereceriam oportunidades de empregos ou de desenvolvimento de atividades privadas. É neste sentido que os objetivos do trabalho apontam: observar os fatores complementares (de expulsão e de recepção) que permitiriam a concentração de um número relativamente importante de profissionais argentinos na sociedade campineira.

É por isso que julgamos pertinente não vincular o início do processo migratório argentino para o Brasil apenas aos fatores políticos, por exemplo, ao período militar argentino - 1976-1983. Embora a emigração da Argentina se exacerbou nesse período como consequência da violenta repressão militar, muitos argentinos que chegaram a Campinas antes ou depois, o fizeram por diversos motivos, entre os quais podemos incluir seqüestros ou ameaças da guerrilha urbana.

Da mesma forma, muitos investigadores que foram contratados como docentes nas universidades ou como pesquisadores nas instituições de pesquisa da região, vieram por um interesse recíproco de desenvolver trabalhos científicos e de intercâmbio de experiências. Muitos outros saíram do país por motivos pessoais procurando novas oportunidades de trabalho com a esperança de trabalhar por conta própria ou como estudantes universitários, particularmente, na área da pós-graduação.

Argentina, porque emigram os profissionais?

Os movimentos migratórios latino-americanos contemporâneos tiveram grande impacto no campo dos recursos humanos qualificados. Neste sentido, a saída de argentinos, com alto grau de formação intelectual tem sido quase constante nas últimas quatro décadas. Como a maioria dos processos migratórios obedeceu a diversos fatores, entre eles, a falta de oportunidades para exercer seus projetos de vida pessoal e ou profissional,

político-ideológicos, econômicos ou pessoais. Desta maneira, muitas pessoas com alto grau de qualificação profissional emigraram do país. Certamente, os países desenvolvidos ofereceram oportunidades atraentes tanto desde o ponto de vista da realização profissional, como pessoal. Outros, menos desenvolvidos procuraram parceiros com os quais construir projetos delineados a partir de políticas definidas.

Se por um lado, sabemos que nos últimos anos, a situação econômica na Argentina tem se deteriorado enormemente com a implementação do projeto econômico neoliberal levando a uma progressiva deterioração social e econômica da população, por outro, podemos afirmar que o processo migratório de profissionais já tinha se iniciado na década de sessenta ocorrendo flutuações, porém, de forma constante e progressiva. Além disso, também sua composição variou de acordo com as circunstâncias. Nesse longo período houve a emigração (e retorno) de numerosos cientistas, muitos deles de renome internacional, mas também muitos jovens em busca de melhores oportunidades no campo do trabalho e ou profissional. Este processo significou, sem dúvida, uma drenagem de recursos humanos e sua conseqüente transferência para o exterior.

Efetivamente, não podemos deixar de assinalar que por volta dos anos 1950 e até 1970 iniciou-se um período de importantes mudanças nas economias do Cone Sul, cuja complexidade foi registrada nos numerosos abalos sentidos nas economias nacionais com fortes reflexos nas diversas camadas da população. No caso argentino a tradicional e também numerosa classe média foi duramente atingida. Se por um lado, o setor industrial registrou um crescimento nas áreas da siderurgia, petroquímica, na produção de eletricidade e na indústria automobilística, entre outras, por outro, e paralelamente, o “sistema de substituição de importações” mostrava suas deficiências e sua incompatibilidade com o novo dinamismo da economia mundial.

A partir dos anos 50, os grandes capitais estrangeiros, particularmente norte-americanos, foram deslocando os empresários locais acelerando o intercâmbio comercial exterior e as flutuações da economia. A crescente influência econômica e financeira norte-americana também acelerou o endividamento e a dependência das importações de bens de capital e de produtos básicos com a conseqüente exposição às flutuações dos preços do mercado internacional. Nesse contexto, a partir de 1976, com o governo militar de Jorge Videla, o Ministro de Economia

argentino Alfredo Martinez de Hoz atendendo aos preceitos da doutrina neoliberal, tomou medidas que destruíram o parque industrial provocando um sério abalo numa economia que não estava preparada para enfrentar a concorrência num mundo globalizado. Isto afetou à sociedade de um modo geral e ao ambiente universitário e empresarial, em particular.

Ainda, o ambiente universitário argentino foi atingido, primeiramente, pela crise de 1966 quando na chamada “*la noche de los bastones largos*”, provocada por problemas políticos e educacionais, muitos professores saíram do país devido à insegurança existente. Posteriormente, os problemas econômicos e a falta de perspectivas no campo de trabalho profissional foi um fator recorrente que provocou a saída de pessoas com alto nível educacional.

Por outro lado, os acontecimentos ocorridos nas décadas de sessenta e setenta quando, o chamado Processo de Reorganização Nacional (1976), que se caracterizou pela ascensão dos militares ao poder instalando uma máquina de poder repressora, a mais violenta que a Argentina viveu, atingiu muitas pessoas, participantes ou apenas suspeitos de se engajarem em atividades “subversivas”. Certamente, a presença dos militares no governo argentino é mais antiga. Embora as ditaduras militares foram uma característica de todos os países da América Latina nesse período, o traço distintivo que caracterizou o processo político argentino entre os anos 1955 e 1983 foi a crescente participação dos militares e de sua institucionalização no poder. As Forças Armadas, nesse contexto, passaram a ter um papel tutelar no cenário político, em grande parte, estimulado pela debilidade das lideranças civis democráticas que o aceitavam como necessário para a governabilidade do país⁶.

Os rumos do Brasil foram diferentes embora não muito mais felizes. No período militar, no terreno econômico apontava-se para uma “modernização” da economia que conduziu ao endividamento com as instituições financeiras internacionais. Entretanto, desde 1964, enquanto o país marchava “sob uma ideologia autoritária e centralizadora”⁷, no campo universitário apostava-se para uma política de incentivo à pesquisa

⁶ CASTRO, Celso e D' ARAÚJO, Maria Celina. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. São Paulo: Editora FGV, 2000, p. 2.

⁷ MOTOYAMA, Shozo. *Prelúdio para uma história*. Ciência e Tecnologia no Brasil, São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004, p. 257.

e de uma educação qualificada de ensino superior. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) aprovado pelo Presidente Geisel em 1975⁸ tinha a finalidade de formar em cinco anos doutores e mestres capazes de consolidar a pesquisa qualificada no Brasil. O impulso recebido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é desse período.

A conjunção desses fatores promoveu uma mobilização de profissionais altamente qualificados (estrangeiros e brasileiros que tinham feito seus doutorados no exterior) de/e para o Brasil. Dentro desse contexto a vinda de pesquisadores argentinos teria sido facilitada pela instabilidade político-ideológica e econômica argentina e pela abertura de novas perspectivas profissionais nas universidades brasileiras. Da mesma forma, as empresas multinacionais transferiam seus executivos e pessoal especializado aos países onde a estabilidade política era garantia, para o desenvolvimento das atividades profissionais.

Embora em diversos períodos muitos profissionais retornaram ao país de origem, hoje, após mais de trinta anos, ainda permanece um grupo que fincou raízes na cidade. Também, o intercâmbio de estudantes de pós-graduação tem sido constante e contínuo mostrando que a decisão migratória é parte um processo histórico dinâmico que tentaremos reconstituir.

Memória, história e o tempo presente

Na presente investigação a autora deste projeto e sua família fazem parte do grupo em estudo. Isto obriga a fazer algumas considerações acerca da validade da pesquisa histórica em função da proximidade com o objeto que abordamos. Embora não pretendemos fazer uma história autobiográfica sabemos que, tendo sido testemunho e agente neste movimento, a pretensa objetividade do historiador obviamente cederá espaço a uma investigação histórica com uma íntima relação pessoal com o objeto de estudo. Todavia, esta vivência pode ser relevante se considerarmos que o historiador pode contribuir com seus testemunhos à construção de uma história vivida, mas também compartilhada, neste

⁸ A Regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação data de 1963.

caso, por um grande número de compatriotas conhecidos e desconhecidos que, por diversas circunstâncias, chegaram à cidade de Campinas. Isto porque, o historiador/ investigador é apenas testemunho de um fragmento dessa história e, também, um instrumento de compreensão e reconstituição dessa história. Por isso, seu olhar de historiador deverá se estender muito além da própria experiência, o que nos leva a reconhecer que a idéia da vivência e da proximidade com o objeto de estudo constituem um exercício intelectual legítimo de análise histórica.⁹

Nos últimos tempos, a história do *tempo presente* tem sido debatida nos meios acadêmicos. Vista como uma fronteira entre jornalismo e história, superando preconceitos e opondo entre si, defensores e detratores, hoje, é mais um campo de reflexão do historiador. Segundo Pierre Nora¹⁰: “A conquista do seu próprio século e mesmo do presente por parte do historiador constitui um dos avanços da disciplina no decurso das últimas décadas. Ela mostrou que os obstáculos considerados redibitórios eram ultrapassáveis e que uma inteligência histórica do presente era não só possível, mas também necessária”. Para Eric Hobsbawm, a vantagem de se escrever a história do século XX, é saber “o quanto as coisas mudaram”¹¹ e, ainda, para Pierre Nora¹² “... nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente já possuído de um sentido ‘histórico’. E somente isso seria suficiente para dotá-la de uma identidade, para libertar a história contemporânea de sua imperfeição”.

A pesar das tensões provocadas pela proximidade da história e do jornalismo, a história do tempo presente não está fixada apenas na reprodução dos acontecimentos. Isto porque, para reconstituir historicamente o presente devemos atentar para referências anteriores que permitam uma nova dimensão de análise. Neste sentido, o historiador do tempo presente tem ao seu alcance uma diversidade de fontes que ampliam o seu universo de análise.

Nos referimos à utilização de documentos manuscritos, impressos e aos meios de comunicação. Mas, é a História Oral que tem

⁹ Ver: CHAUNU, Pierre, DUBY, George e outros. *Ensaio de Ego-História*, Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, p. 9-10.

¹⁰ NORA, Pierre. Apresentação. In: CHAUNU, Pierre, DUBY, George e outros. *Ensaio de Ego-História*, Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, pp. 10.

¹¹ HOBBSWAM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 247.

¹² NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. Entrevista recolhida por Jean-Jacques Brochier. In: LE GOFF, Jacques, LADOURI, Le Roy et alii. *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1977, p. 56-58.

sido reconhecida, nos últimos tempos, como uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes documentais particularmente importantes para a história contemporânea e do tempo presente. As entrevistas gravadas e transcritas são instrumentos importantes para a reconstituição histórica, além de ampliar o conhecimento sobre experiências que podem ser registradas, armazenadas e divulgadas.

A História Oral passou por um longo processo de aceitação e adaptação nos meios acadêmicos e foi a partir dos anos 1980 e 1990, quando sua metodologia permitiu sistematizar as experiências, que a contribuição para a História do tempo presente foi inegável permitindo, entre outros aspectos, estudar a trajetória de indivíduos ou grupos pertencentes a diversas categorias e ou camadas sociais. Contribuiu, assim, para a pesquisa histórica ao introduzir o papel da memória individual e coletiva, vista como um elo entre passado e futuro.

Pierre Nora¹³ reconhece a oposição entre história e memória e chama a atenção para a necessidade de dar uma “história à memória”. Assim, a memória pertence aos vivos, sofre transformações, esquecimentos e é vulnerável a deformações; a história é a reconstituição ou a representação que o historiador faz do passado, é uma operação intelectual, problematizada e crítica. Para Maurice Halbwachs,¹⁴ a memória individual é sempre coletiva, porque compartilhada pelo grupo.

Se para Maurice Halbwachs, são muitas as referências que estruturam nossa memória, para Michael Pollak,¹⁵

“... estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer, salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias,

¹³ NORA, Pierre. *Lês Lieux da Mémoires*. 7 vols., Paris, 1983-1994. Apud: SCHAWARZSTEIN, Dora. *Memoria e Historia. Desarrollo Económico* – Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires: v. 42, no. 16, octubre-diciembre, 2002, pp. 475.

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, pp. 82.

¹⁵ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social, Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, no. 3, 1989, p. 3-15.

regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.

Certamente, as memórias coletivas constituem um elemento importante para a preservação das “estruturas institucionais de uma sociedade” uma vez que nelas aparecem as tensões existentes no interior dos grupos que representam. Essas tensões, por outro lado, não são apenas reflexos das relações internas do grupo, mas também dos indivíduos e a memória nacional. As pessoas, assim como os grupos podem se identificar de formas diferentes com os acontecimentos políticos nacionais, em função das memórias individuais que interiorizaram as tensões e as “contradições” das imagens oficiais e suas próprias “recordações pessoais” (POLLAK, M. 1989). Além disso, a memória, seja coletiva ou individual, tem sempre como referência, um espaço sem o qual seria impossível recuperar o passado. Gostaríamos concluir estas reflexões lembrando que, segundo Dora Schwarzstein¹⁶:

“Al distinguir el rol que las narrativas personales jugaron en la vida de los testigos podemos reconocer que esas narrativas son parte de la historia misma. Separar las experiencias de los significados que tuvieron para los protagonistas es la negación de una parte de la realidad histórica misma. Este es el aporte fundamental que la Historia Oral puede brindar tanto a la expansión de los estudios históricos como a una mejor comprensión del diálogo entre historia e memoria. Pero, debemos tener claro que el testimonio, cuya materia prima es la memoria, no es historia. Por tanto, no es suficiente recuperar la memoria y transmitirla, sino que es imprescindible reflexionar sobre su naturaleza para poder entenderla, analizarla e incorporarla plenamente a la narrativa histórica”.

Considerações Finais

Estas referências à memória são necessárias na medida em que as pessoas que integram um grupo de imigrantes – neste caso, de

¹⁶ SCHAWARZSTEIN, Dora. Memória e História. *Desarrollo Económico* – Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires: v. 42, no. 16, octubre-diciembre, 2002, pp. 469 – 482.

argentinos - experimentam o peso da ruptura com o passado, não apenas pessoal e familiar, mas também profissional. Todavia, a memória recuperada pela História Oral atua como um elemento mediador entre o passado e o presente dando um sentido de continuidade ao futuro imediato. Assim, ao estudar a emigração de profissionais argentinos para Campinas temos a convicção de que se trata de uma comunidade histórica, que a pesar dos diferentes caminhos percorridos conserva sua unidade histórica assentada sobre objetivos e projetos comuns ou não, que revelam a heterogeneidade das experiências vividas. Neste sentido, a escolha dos entrevistados poderá oferecer dados importantes para avaliar as diferentes trajetórias, mas também, as experiências compartilhadas, aquelas que são recorrentes ou aquelas apenas pessoais.

Certamente, no caso que tratamos, as entrevistas constituem um aporte fundamental para o “diálogo entre história e memória”, mas também é necessário reconhecer os seus limites. Neste sentido, a complementação de dados sobre o contexto econômico e político-ideológico dos países envolvidos no momento da imigração, é também fundamental. A consulta a fontes documentais primárias e secundárias e o cruzamento com os resultados das entrevistas contribuirão para o conhecimento do universo em que se insere a experiência migratória.

Bibliografia

- ARUJ, Robert. *Porque se van? Exclusión, frustración y migraciones*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.
- CHAUNU, Pierre; DUBY, George e outros. *Ensaio de Ego - História*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. (Organizadores). *Domínios da História*. Ensaio de Teoria e Metodologia, Rio de Janeiro: Editora CAMPUS, 1997.
- CASTRO, Celso e D' ARAÚJO, Maria Celina. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. São Paulo: Editora FGV, 2000.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábua rasa do passado?*. Sobre história e os historiadores, São Paulo: Editora Ática, 1995.
- GARRIA, Joan del Alcazar. Las nuevas fuentes documentales en el estudio de la Historia Presente de América Latina. In: DIAZ BARRADO, M. P. (coord.). *Historia del Tiempo Presente*. Teoria e Metodologia. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1998, p. 183-188.

- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques. *História: Novos Problemas*. Direção de Pierre Nora e Jacques Le Goff; Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978, p. 179-193.
- HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos*. O breve século XX, 1914 - 1991, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jacques, LADOURI, Le Roy et alii. *A Nova História*, Lisboa: Edições 70, 1977.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1996.
- MOTOYAMA, Shozo (org.). *Prelúdio para uma história*. Ciência e Tecnologia no Brasil, São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2004.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*, São Paulo: Contexto, 2005.
- PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas, São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, no. 3, 1989, p. 3-15.
- _____ Memória e Identidade Social, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, no. 10, 1992, p. 200-212.
- SCHAWARZSTEIN, Dora. Memória e História. *Desarrollo Económico* – Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires, v. 42, no. 16, outubro-diciembre, 2002, pp. 469 – 482.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião. *O presente como história: economia e política no Brasil Pós-64*, Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997 (Coleção Trajetória 3).